



Gabinete do Deputado Genival Matias

PROJETO DE LEI Nº **290**.../2012

AUTOR: Deputado Genival Matias (PT do B)



INSTITUI O ALERTA EMERGENCIAL PARA RECUPERAÇÃO RÁPIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS NO ESTADO DA PARAÍBA.

A Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba resolve:

Art. 1º - Institui o alerta emergencial no âmbito do Estado da Paraíba

Parágrafo único - O alerta a que se refere o "caput" deste artigo tem como objetivo acelerar o procedimento de recuperação de crianças e adolescentes desaparecidos, através de emissoras de radiodifusão e sítios da internet.

Art. 2º - As emissoras de rádio e televisão e os sítios de órgãos do Estado na internet deverão veicular, nos termos desta lei, alertas com o nome e a imagem de crianças ou adolescentes desaparecidos.

Art. 3° - O alerta atenderá às seguintes condições:

- I. acordo e consentimento dos pais;
- II. a confirmação do rapto da criança, excluindo-se a possibilidade de fuga;
- III. real perigo para a integridade física ou a vida da vítima;
- IV. as informações e elementos que permitam localizar a criança ou seu raptor;
- V. a vítima deve ser menor de idade.
- **Art. 4º** Os sítios do governo do Estado na internet deverão veicular as seguintes informações sobre a criança ou adolescente desaparecido:
 - I. nome;
- II. fotografia ou retrato falado;
- III. indicação para contato com a autoridade policial responsável;
- IV. números de telefones e endereços eletrônicos aptos a receber informações;
- V. demais informações relevantes para sua identificação e recuperação.
- Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de cento e vinte dias contados a partir da data de sua publicação.

All



Gabinete do Deputado Genival Matias



Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa da Paraíba, 17/04/2012.

Genival Matias
Deputado Estadual

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição tem o objetivo de divulgar o mais rápido possível um alerta sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes, via televisão, rádio e sítios da internet.

As primeiras 24 horas após o desaparecimento são decisivas para a localização, uma vez que o sequestrador pode se afastar do local do rapto. Assim, faz-se necessário que a população do Estado fique em alerta à procura da criança ou adolescente.

O número é assustador. Todos os anos, aproximadamente 40 mil crianças desaparecem no Brasil. Ou seja, o equivalente à população de uma cidade de porte médio. De acordo com dados da Subsecretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, só em São Paulo ocorrem 10 mil casos todos os anos. Ou seja, o equivalente a 30 novos casos por dia. Hoje estimativas da Subsecretaria demonstram que entre 10% e 15% dos meninos e meninas jamais serão encontrados.

Nos Estado Unidos, por exemplo, existe o **Alerta Amber**, onde após o comunicado de desaparecimento de uma criança, os veículos de comunicação são imediatamente avisados e encarregados de divulgar informações com nome, fotos e características das crianças, bem como qualquer pista que leve a encontrar a criança, um número é disponibilizado, para que pessoas interessadas em ajudar possam ligar e dar mais informações que ajudem a solucionar o caso.

Segundo informações do National Center for Missing and Exploited Children-Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas:



Gabinete do Deputado Genival Matias

Entre as crianças que são mortas pelo raptor, 74% são mortas nas três primeiras horas após o rapto. A divulgação rápida do rapto da criança aumenta a probabilidade de que a criança seja resgatada viva.

O plano de alerta Amber, foi criado no Texas, após o desaparecimento de **Amber Hagerman**, uma menina de 9 anos de idade. A família queria meios rápidos de mobilizar a comunidade para encontrá-la, mas não conseguiram. Ela foi encontrada morta em um rio, nua e com um corte na garganta, a partir daí, foram criadas estratégias que visam agilizar a busca.

A dor e a aflição dos parentes do desaparecido não podem ser desprezadas. Deste modo, conto com o apoio dos meus nobres colegas para a aprovação deste projeto de suma importância para o nosso Estado.





ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA



Funcionário

SECRETARIA LEGISLATIVA

REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LESGISLATIVA DAS MATÉRIAS SUJEITAS À APRECIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário Às flssob o nº/2012 Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário	Constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 19 /04 /2012 Div. de Ássessoria ao Plenário Diretor
Remetido ao Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo Em, 19 / 04 /2012	Remetido à Secretaria Legislativa No dia 19 / 2012 Departamento de Assistência e Controle
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário	do Processo Legislativo Publicado no Diário do Poder Legislativo
	no dia//2012
À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para indicação do Relator Em // 2012.	Secretaria Legislativa Secretário
	Designado como Relator o Deputado
Secretaria Legislativa Secretário	Em <u>16/0 4/</u> 2012
Assessoramento Legislativo Técnico	Dep ita do Pre p idente
Em/2012	Apreciado pela Comissão No dia / /2012
Secretaria Legislativa Secretário	Parecer/ Em/ Secretaria Legislativa
Aprovado em () Turno	No ato de sua entrada na Assessoria de Plenário a Presente Propositura consta () Pagina (s) e ()
Em/ 2012.	Documento (s) em anexo. Em/ 2012.
Funcionário	





PROJETO DE LEI Nº. 890/2012



INSTITUI O ALERTA EMERGENCIAL PARA RECUPERAÇÃO RÁPIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDAS NO ESTADO DA PARAÍBA.

AUTOR: Dep. Genival Matias. RELATORA: Dep. Lea Toscano

PARECER 6/2011.

I - RELATÓRIO

A Comissão da Constituição, Justiça e Redação, no âmbito de sua competência reservada, recebe para apreciação e emissão de parecer o **Projeto de Lei nº 890/2012**, da lavra do Deputado Genival Matias, que pretende instituir o alerta emergencial para recuperação rápida de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado da Paraíba.

A proposta legislativa em apreço constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 19 de abril de 2012.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.





Comissão de Constituição, Justiça e Redação

II - VOTO DO RELATOR

Apresenta-se para análise técnica e emissão de parecer, proposição de iniciativa do Dep. Genival Matias, cabendo a esta Comissão cabe analisar a admissibilidade constitucional, juridicidade e técnica legislativa apresentadas com a proposição.

O objetivo da proposição sob apreço é "Institui o alerta emergencial para recuperação rápida de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado da Paraíba.

A matéria é singela, não merecendo maiores ilações, haja vista que já existe no nosso ordenamento jurídico a Lei nº 6.839, de 28 de Janeiro de 2000, contendo o mesmo objeto da matéria em exame, o que se torna prejudicada, tendo em vista que sua aprovação implicará numa redundância extrema, além de um incentivo a uma inflação jurídica inaceitável.

Ante ao exposto, recomendo o Arquivamento da proposição, uma vez que identifico uma Lei já existente, como mostro no meu voto, acima elencada.

Por último, após análise da matéria, rendo-me ao que dispõe o princípio constitucional, ofertando o voto pelo Arquivamento do Projeto de Lei nº 890/2012, em face da existência de Lei sobre o mesmo tema, e, cuja cópia segue anexa.

É o voto. Sala das Comissões, em 27 de abril de 2012.

> DEP. LEA TOSCANO RELATOR



Comissão de Constituição, Justiça e Redação

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acosta-se ao voto da relatoria, pelo Arquivamento do Projeto de Lei nº 890/2012, em face de Lei já existente, sobre o mesmo tema, cópia em anexo

Sala da Comissão, em 27 de abril de 2012.

Apreciada Pela Comissão

Dep. JANDUHY CARNEIRO

Presidente

Dep. LÉA TOSCANO

Membro

Dep. ADRIANO GALDINO

Membro

A RIBEIRO

Membro

Dep. ANTONIO MINERAL

Membro

Dep. RANIERY PAULINO

Membro





LEI N.º 6.839

, DE 28 DE JANEIRO DE 2000

QL 80/14

Torna obrigatória a investigação imediata em casos de desaparecimentos de crianças e adolescentes e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica obrigatório por parte dos órgãos competentes a imediata investigação de desaparecimentos de crianças e adolescentes após a notificação dos mesmos.

Art. 2º - Os portos, os aeroportos e campos de Pouso, a Polícia Rodoviária Federal, todos os postos de operação Manzuá, todas as Delegacias Distritais da Paraíba, todas as companhias de transportes estaduais e interestaduais serão imediatamente comunicados do fato, sendolhes oferecidos a esses órgãos, todos os detalhes físicos que são necessários para identificar o desaparecimento.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 28 de janeiro de 2000; 110º da Proclamação da República.

JOSÉ TARGINO MARANI GOVERNADOR